



Nº 144 - Dispensar Maria Cristina Roza da Costa, ARF-236001, matrícula Siapecad nº 7760, do cargo de Presidente da Primeira Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte (MG).

Nº 145 -Nomear Afrânio Domingues Veiga para exercer cargo em comissão de Delegado da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte (MG), Código DAS-101.3, cumulativamente, com o cargo de Presidente na Segunda Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte (MG).

Nº 146 - Designar Afrânio Domingues Veiga para exercer o mandato de Julgador na Segunda Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte (MG), até 31 de dezembro de 2003.

EVERARDO MACIEL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SRF nº 3.190, de 31 de dezembro de 2001, publicada no DO-E de 07 de janeiro de 2002, seção 2, página 13, onde se lê: "Nomear Antônio José Praga de Souza, ARF-236001, matrícula Siapecad nº 1900, ... ", leia-se: "Designar Antônio José Praga de Souza, ARF-236001, matrícula Siapecad nº 1900, para exercer, mantido no cargo de Delegado da Receita Federal de Julgamento, Código DAS-101.3, cumulativamente, o cargo de Presidente da Segunda Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília (DF)."

Na Portaria SRF nº 3.227, de 31 de dezembro de 2001, publicada no DO-E de 07 de janeiro de 2002, seção 2, página 14, onde se lê: "Nomear Pedro Einstein dos Santos Anceles, ARF-236001, matrícula Siapecad nº 10133, ... ", leia-se: "Designar Pedro Einstein dos Santos Anceles, ARF-236001, matrícula Siapecad nº 10133, para exercer, mantido no cargo de Delegado da Receita Federal de Julgamento, Código DAS-101.3, cumulativamente, o cargo de Presidente da Primeira Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Santa Maria (RS)."

(Of. El. nº 169/2002)

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA RECEITA FEDERAL
7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM VITÓRIA

PORTARIA Nº 18, DE 25 DE JANEIRO DE 2002

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM VITÓRIA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º da Portaria nº 2.068, de 19 de setembro de 2001, do Secretário da Receita Federal, publicada no DOU de 19 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º- Delegar competência a servidora CINTIA MENEZES DOS SANTOS NEVES, ARF 236001, Matrícula SIAPECAD 28073, para praticar os atos que trata o Art 227 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria Ministerial nº 259, de 24 de agosto de 2001, publicada no DOU de 29 de agosto de 2001, no período de 29/01/2002 a 02/02/2002, tendo em vista o afastamento legal do titular e férias do seu substituto.

Art. 2º - Os atos porventura praticados a vista da publicação desta, no período citado, desde já ficam convalidados.

CAIO MARCOS CÂNDIDO

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

PORTARIAS DE 25 DE JANEIRO DE 2002

O Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º, § 2º, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 3.392, de 28 de março de 2000, e com base no art. 33 e no art. 35, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com nova redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, resolve:

Nº 14 - Exonerar, a pedido, ao início do expediente do dia 28 de janeiro de 2002, MIGUEL ANTÔNIO BAHURY JÚNIOR, matrícula SIAPE nº 761122, do cargo em comissão de Auditor Geral, DAS 101.4, da Auditoria Geral (AUD), para o qual foi designado pela Portaria/CVM/PTE/Nº 084, de 30 de março de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 7 de abril de 1998, seção 2, p. 10, retornando o servidor ao seu cargo efetivo de Analista.

O Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º, § 2º, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 3.392, de 28 de março de 2000, e com base no art. 9º, inciso II, e no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com nova redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, resolve:

Nº 15 - I- Nomear ROBERTO DA SILVA DIAS, ocupante do cargo efetivo de Inspetor, para exercer, interinamente, o cargo em comissão de Auditor Geral, DAS 101.4, da Auditoria Geral (AUD), com lotação na Sede desta Autarquia, no Rio de Janeiro.
II- Exonerar o servidor, por consequência, do cargo em comissão de Gerente, DAS 101.3, da Gerência de Orçamento e Finanças (GAF), para o qual foi nomeado pela Portaria/CVM/PTE/Nº 265, de 30 de novembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2002, seção 2, p. 20.

JOSÉ LUIZ OSORIO DE ALMEIDA FILHO

(Of. El. nº 209/2002)

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 29 DE JANEIRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.362, de 10 de fevereiro de 2000, resolve:

Nº 55 - Nomear ALEX SCHMITZ DU MONT, para exercer o cargo de Chefe da Assessoria Internacional, código DAS 101.4, deste Ministério.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.362, de 10 de fevereiro de 2000, resolve:

Nº 56 - Nomear ADELAIDE DE SOUSA VALENTE para exercer o cargo de Assistente Técnico da Secretaria de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, código DAS 101.2, deste Ministério, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

Nº 57 - Nomear MARIA AMÉLIA DE ANDRADE, para exercer o cargo de Chefe de Divisão da Secretaria de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, código DAS 101.2, deste Ministério, ficando exonerada do que atualmente ocupa.

NEY SUASSUNA

(Of. El. nº 15/2002)

DESPACHO DO MINISTRO

Em 29 de janeiro de 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º do Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, alterado pelo Decreto nº 3.025, de 12 de abril de 1999, resolve:

Autorizar o afastamento do País dos servidores JESUS ALFREDO RUIZ SULZER, Secretário de Infra- Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS RUFINO, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, autarquia vinculada a este Ministério, "para uma visita técnica às obras dos Projetos de Transposição de Águas do Rio Nilo para o deserto do Sinai, El Salaam e Tuscha, no Egito e de Transposição de Águas Tajo - Segura na Espanha", em viagem que será realizada no período de 07 a 21 de fevereiro de 2002, inclusive trânsito, com ônus limitado, sendo as despesas com traslado aéreo, hospedagem e alimentação custeadas pela Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNCATE. (Processo nº 59000.000149/2002-10).

NEY SUASSUNA

(Of. El. nº 14/2002)

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 86, DE 28 DE JANEIRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que dispõem os artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de janeiro de 1967, a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, e os artigos 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Secretário-Executivo para, no âmbito deste Ministério, assinar documentos e baixar atos necessários à administração de recursos humanos e dos bens móveis e imóveis, à execução orçamentária das dotações consignadas no Orçamento Geral da União em favor deste Ministério, ou das que lhe forem descentralizadas, e à movimentação e ao uso dos recursos financeiros, independentemente de sua fonte ou origem, e, ainda, em especial:

I - constituir comissões de licitação e de recebimento de materiais, ratificar os atos de dispensa e inexigibilidade de licitação nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - celebrar contratos, convênios e seus termos aditivos;

III - baixar atos relativos a provimento e vacância de cargos públicos, observadas as normas admitidas na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

IV - autorizar viagens a serviço, bem como participação em conferências, congressos e outros eventos similares no País, de dirigentes e servidores;

V - conceder diárias, bilhetes de passagem, ajudas de custo e transporte de bagagem;

VI - conceder vantagens, gratificações e demais benefícios, bem como determinar suas alterações e cancelamentos;

VII - instaurar processos administrativos disciplinares, designar os membros das comissões de sindicância e de inquérito administrativo, proferir decisão e aplicar penalidade de advertência e suspensão, consoante disposições da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VIII - conceder aposentadoria, pensões, autorizar a revisão e atualização dos proventos de inativos e pensionistas;

IX - supervisionar e aprovar as atividades de informação e informática, modernização e reforma administrativa, biblioteca e documentação;

X - alterar os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD das dotações consignadas a este Ministério e suas entidades vinculadas, supervisionar e aprovar as atividades de planejamento, orçamento e programação financeira;

XI - criar grupos de trabalho para fins específicos, sem ônus ao Tesouro Nacional;

XII - dispensar e abonar o ponto dos servidores deste Ministério, em virtude de comparecimento a congressos, conferências ou reuniões similares, no País ou no exterior, e daqueles que exerçam mandato eletivo em confederação de servidores públicos ou associações de classe, de âmbito nacional, nos termos da legislação pertinente;

XIII - praticar os atos necessários à execução das atividades de comunicações e apoio administrativo;

XIV - nomear, designar, exonerar e dispensar ocupantes de empregos, funções e cargos, inclusive dos DAS níveis 1 e 2;

XV - designar e dispensar ocupantes de função gratificada (FG) e gratificação de representação (GR);

XVI - atuar como Ordenador de Despesas no que se refere aos atos necessários à gestão orçamentária e financeira dos recursos consignados ao Gabinete do Ministro;

XVII - autorizar interrupção de férias de servidores;

XVIII - decidir acerca do estabelecido no art. 3º, inciso III, da Lei nº 9.618, de 2 de abril de 1998.

Art. 2º É facultado ao Secretário-Executivo, segundo a conveniência e a necessidade, subdelegar a dirigentes, coordenadores ou assessores, no todo ou em parte, a competência para a prática de atos de que trata esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Portarias nº 461, de 5 de junho de 1997; nº 840, de 26 de agosto de 1997; nº 908 e nº 909, de 10 de setembro de 1997; nº 326, de 30 de abril de 1998; e nº 536, de 30 de setembro de 1999.

ALOYSIO NUNES FERREIRA

(Of. El. nº 43/2002)

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 29 DE JANEIRO DE 2002

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo inciso XIV, do art. 1º, da Portaria Ministerial nº 461, de 5 de junho de 1997, incluído pela Portaria Ministerial nº 326, de 30 de abril de 1998, resolve:

Nº 32 - Nomear RITA DE CÁSSIA FERREIRA DA CUNHA para exercer o cargo de Chefe de Divisão, código DAS-101.2, do Departamento Nacional de Trânsito da Secretaria Executiva.

Nº 33 - Nomear TAÍS ÁUREA LEITE SANTOS para exercer o cargo de Auxiliar, código DAS-102.1, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

(Of. El. nº 13/2002)

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 24 DE JANEIRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, e dando cumprimento a decisão unânime do colegiado, resolve:

Incluir a doutora DORA LÚCIA DE LIMA BERTULIO, Professora da Universidade Federal do Paraná, na Comissão Especial para conhecer e acompanhar denúncias de crimes de tortura em todo o País, e para elaborar sugestões de mecanismos que proporcionem maior eficácia à prevenção e repressão a esses crimes, constituída pela Resolução nº 2 - CDDPH, de 05 de junho de 2001.

ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente do Conselho

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PORTARIA Nº 21, DE 25 DE JANEIRO DE 2002

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, resolve:

Designar a Drª BENEDITA MARINA DA SILVA, Defensora Pública da União, de Categoria Especial, para em caráter excepcional, dar apoio ao Defensor Público Regional - 3ª Região, no período de 4 a 8.2.2002.

ANNE ELISABETH NUNES DE OLIVEIRA

(Of. El. nº 137/2002)